

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**  
Centro de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca  
<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."



# **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PNE 2001 - 2010**

**Ana Valeska Amaral Gomes**

Consultora Legislativa da Área XV  
Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia

**ESTUDO**

**JUNHO/2011**



Câmara dos Deputados  
Praça 3 Poderes  
Consultoria Legislativa  
Anexo III - Térreo  
Brasília - DF



## SUMÁRIO

I – Analfabetismo .....	4
II – Elevação da escolaridade: EJA no Ensino Fundamental e Médio .....	9
III – Qualidade e institucionalização na EJA .....	14
Diretrizes curriculares, programas suplementares e infraestrutura .....	17
Formação de professores.....	19
Financiamento.....	21
IV – Informação e Avaliação .....	22
V – Articulação com outras políticas públicas.....	25
Educação Superior.....	25
Educação a Distância e Educação Profissional .....	26
Direitos Humanos.....	28
Trabalho e Emprego.....	30
Cultura .....	30
VI – Considerações Finais .....	31

© 2011 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PNE 2001 - 2010<sup>1</sup>**

*Ana Valeska Amaral Gomes*

A partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, prevaleceu, nos documentos legais, a visão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito, um elemento essencial para a construção de uma cidadania plena. Essa valorização da EJA trouxe à luz uma série de desafios a serem enfrentados para ofertar educação formal a milhões de pessoas em nosso País.

Grande parte desses desafios orientou a elaboração das 26 metas que o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº10.172/2001, estabeleceu para a EJA no capítulo dedicado às modalidades de ensino. A vigência do plano de metas, com duração de dez anos, encerrou-se recentemente. Hoje, o Congresso Nacional discute um novo PNE, que deverá orientar as prioridades das políticas públicas de educação na próxima década. Sendo assim, é bastante oportuno dedicar um olhar sobre as escolhas e realizações do passado.

No momento de formulação do PNE 2001-2010, a preocupação maior era com os altos índices de analfabetismo e com a institucionalização da EJA, visando ampliar os níveis de escolaridade da população que ainda não havia concluído a educação básica, em especial o ensino fundamental, na idade própria. Adiante, veremos que esses desafios permanecem atuais.

As metas vinculam-se à erradicação do analfabetismo, ampliação da oferta, produção de dados estatísticos, de modo a subsidiar o planejamento de políticas e programas na área, bem como à melhoria da qualidade, no sentido de alterar o perfil da educação de jovens e adultos, despojando-a do estigma de ensino marginal.

---

<sup>1</sup> Em 2007, realizamos uma primeira versão desse trabalho, publicado pela Câmara dos Deputados. O texto “Plano Nacional de Educação – um olhar sobre o cumprimento das metas da Educação de Jovens e Adultos” integra o livro “Avaliação do PNE 2004-2006”, da Série Ação Parlamentar.

Esse texto tem a intenção de construir um panorama sobre o cumprimento das metas de EJA. O foco centra-se nas ações desenvolvidas pela União, dada a escassez de informações referentes às iniciativas de Estados e Municípios. Trata-se, portanto, de uma visão parcial da evolução das determinações do PNE.

O texto está organizado em cinco seções, que, excetuada a primeira, trazem agrupamentos de metas: i) analfabetismo; ii) elevação da escolaridade; iii) qualidade e institucionalização na EJA; iv) informação e avaliação; e, v) articulação com outras políticas públicas. Essa organização é apenas um jeito particular de abordar as metas, vez que entendemos existir inúmeras relações entre as mesmas.

## **I – ANALFABETISMO**

---

A erradicação do analfabetismo foi um dos cinco objetivos elencados pelos constituintes ao definirem, no artigo 214 da Constituição de 1988, que um Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, deveria ser elaborado, visando ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público.

O PNE, aprovado em 2001, determinava o **estabelecimento de programas visando alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos, e, erradicar o analfabetismo até o fim da década** como primeira meta da modalidade de educação de jovens e adultos.

Em 2003, o Ministério da Educação, sob a gestão do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, criou a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo e o Programa Brasil Alfabetizado, incorporado, posteriormente, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) numa reforma administrativa. Era, dizia-se, um passo importante para a consecução de uma das metas do governo na área de educação.

Em dezembro de 2010, lá estava mais uma vez a meta de erradicação do analfabetismo, inserida na proposta do novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) enviada ao Congresso Nacional<sup>2</sup>. Como se depreende do histórico recente, o analfabetismo resiste às determinações legais e permanece como desafio por sucessivas gestões políticas.

---

<sup>2</sup> Projeto de Lei nº 8.035, de 2010.

Após o Programa Alfabetização Solidária<sup>3</sup> contabilizar dois milhões de beneficiários em 2001 e 2002, e o Programa Brasil Alfabetizado<sup>4</sup> atender mais de 14 milhões de pessoas de 2003 a 2010<sup>5</sup>, o País ainda abriga quatorze milhões de analfabetos. Entre 2000 e 2009, a taxa de analfabetismo da população de idade igual ou superior a quinze anos caiu quatro pontos percentuais, representando uma redução de 2,3 milhões de pessoas em termos absolutos<sup>6</sup>. (Tabela 1)

**Tabela 1 – Evolução da Taxa de Analfabetismo<sup>7</sup> entre a população de 15 anos ou mais  
Brasil – Ano 2000 e 2009**

Analfabetismo	2000	2005	2009
%	13,6	11,1	9,7
Nº Absoluto	16,3 milhões	15 milhões	14 milhões

Fonte: Censo Demográfico 2000 e PNAD/IBGE 2005, 2009.

Os grandes números do analfabetismo brasileiro parecem ser pouco sensíveis ao esforço da União, em associação a outras iniciativas dos poderes públicos estaduais e municipais e de organizações não governamentais, para alfabetizar em grande escala<sup>8</sup>. Castro (2009) constata que “a taxa de analfabetismo dentro de uma mesma geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos” e que “a queda do analfabetismo está ocorrendo pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional com a “saída” dos idosos analfabetos (morte)”.

<sup>3</sup> Programa Alfabetização Solidária, formulado pela Comunidade Solidária no Governo Fernando Henrique Cardoso e implantado pela organização não-governamental AlfaSol.

<sup>4</sup> Programa com execução descentralizada, implementado em classes apoiadas por recursos federais, em quatro mil Municípios, cerca de dois mil deles considerados prioritários em função de taxas de analfabetismo igual ou superior a 25%.

<sup>5</sup> Dado obtido no livro Balanço de Governo 2003-2010, publicado pela Presidência da República em dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publicacoes/balanco-de-governo-2003-2010> . Consultado em 20/01/2011.

<sup>6</sup> O PNE utiliza como referência a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais colhida pela PNAD de 1996: 14,7% ou 16 milhões de brasileiros.

<sup>7</sup> O IBGE mede o analfabetismo da população pela taxa de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples.

<sup>8</sup> Neste documento foram citadas apenas as duas maiores ações em âmbito federal, mas existem iniciativas de menor porte, como o Pronera, do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O Pronera busca, por meio de parcerias, reduzir o alto índice de analfabetismo e os baixos índices de escolaridade da população assentada de 15 anos e mais.

De fato, mantida a redução média dos últimos dez anos, cerca de 0,4 pontos percentuais ao ano, serão necessárias pelo menos mais duas décadas para vencer o analfabetismo. Até lá, ainda faremos má figura mesmo entre os nossos vizinhos latino-americanos. A taxa de alfabetização da população brasileira de 15 anos ou mais era de 90% em 2008, sendo de: 97,7% na Argentina; 98,6% no Chile; 93,4% na Colômbia; 96% na Costa Rica e 92,9% no México<sup>9</sup>.

As atuais características do analfabetismo estão sintetizadas em documento publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ao final de 2010 (IPEA, 2010a). Está mais concentrado entre aqueles de menor renda, maior faixa etária, população negra, residentes na zona rural e habitantes da Região Nordeste. A verdade é que o presente analfabetismo brasileiro carrega desigualdades similares àquelas existentes por ocasião do lançamento do PNE em 2001 (Tabela 2).

A persistência de forte desigualdade é, sem dúvida, a pior característica do analfabetismo brasileiro. Nenhum dos segmentos considerados em situação mais desvantajosa (pop. Rural, Região Nordeste, faixas etárias mais altas e raça/cor negra) apresenta taxa de analfabetismo abaixo de dois dígitos. A taxa de analfabetismo da Região Nordeste continua a ser mais do triplo da Região Sul. A zona rural tem indicador cinco vezes maior que a zona urbana metropolitana. (Tabela 2)

Outra face da desigualdade está na diferença entre mais ricos e mais pobres, agrupados por quintos de rendimento familiar per capita. Sob essa ótica, os dados da PNAD 2009 mostram que a taxa de analfabetismo do primeiro quinto (os mais pobres) é nove vezes maior que a do último quinto (os mais ricos). (IPEA, 2010a)

A despeito da lenta redução do analfabetismo em termos absolutos e da desigualdade persistente, cumpre registrar alguns avanços. Se tomarmos apenas os extremos apresentados na Tabela 2, as maiores quedas na taxa de analfabetismo no período 2001-2009, em termos de pontos percentuais, foram nos segmentos onde ele é mais renitente: 5,5 pontos percentuais (p.p.) no Nordeste; 4,7 p.p. na faixa etária de 40 anos ou mais; 6 p.p na zona rural; e, 4,8 p.p. para a raça/cor negra.

Também pode ser observada uma redução relativa da distância que separa os grupos de análise. Por exemplo, em 2001, a distância entre as taxas das Regiões Nordeste e Sul era de 17,1 p.p., caindo para 13,2 no ano de 2009. Sob o critério rural-urbano, a distância declinou de 23,1 para 18,4 p.p. nesse mesmo período. Outra boa notícia

---

<sup>9</sup> Dados do *Data Centre-Institute for Statistics* da Unesco. Nem todos os dados citados aqui correspondem ao ano de 2008. Entretanto, naquela base estatística a diferença de períodos entre países nunca ultrapassa dois anos.

é que o analfabetismo na faixa etária de 15-17 anos está praticamente erradicado (1,5%)<sup>10</sup>. Mantida a tendência, encerraremos a reposição do estoque de analfabetos, ou seja, o surgimento de novos analfabetos nas gerações mais novas. Não consideramos aqui o analfabetismo funcional.

**Tabela 2 - Taxa de Analfabetismo da população com 15 anos ou mais, por categorias selecionadas 2001 e 2009**

		(%)	
Categorias		2001	2009
Região	Nordeste	24,2	18,7
	Sul	7,1	5,5
Faixa Etária	40 anos +	21,2	16,5
	15-17 anos	3,0	1,5
Localização	Rural	28,8	22,8
	Urbano Metrop.	5,7	4,4
Raça ou Cor	Negra*	18,2	13,4
	Branca	7,7	5,9

\*Pretos e Pardos

Fonte: IPEA. *Comunicado nº66*. PNAD 2009. “Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas”.

Para a próxima década, há que se avançar sobretudo na redução das desigualdades do analfabetismo brasileiro e na eficácia dos programas de alfabetização. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que apoia e financia projetos de Estados, Municípios, instituições de ensino superior e organizações sociais, executou uma grande avaliação entre 2004 e 2006, coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).

Nos resultados apresentados ao final de 2006, havia algumas explicações possíveis para a ausência de uma queda acentuada na taxa de analfabetismo no período analisado, a saber: i) subjetividade da condição de analfabeto; ii) foco inadequado (“alfabetizando alfabetizados”); iii) deficiências no sistema de entrega dos serviços de alfabetização; iv) baixa efetividade dos serviços de alfabetização para jovens e adultos; e, v) importância da continuidade dos estudos.

<sup>10</sup> O PNE registra uma taxa de 5,7% para a população de 15 a 19 anos (PNAD 1997). O MEC vem utilizando como referência para erradicação do analfabetismo taxas em torno de 3%, verificadas em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).



Em 2008, o Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (Confitea), produto de um encontro nacional que reuniu vários grupos envolvidos com a EJA, relatava:

*“Os dados sugerem que os programas de alfabetização com 6 a 8 meses, como propostos pelo PAS e depois pelo Brasil Alfabetizado, têm eficácia limitada na garantia da aprendizagem, como denunciam há muito tempo educadores ligados à EJA e corroboram os dados estatísticos e os resultados de avaliação de programas. De acordo com PNADs de 1992 a 2002, em torno de 60% das pessoas que ao longo da vida só frequentaram cursos de alfabetização declaram-se analfabetas (Henriques, 2006). As avaliações do PAS e do PBA, por sua vez, vêm mostrando que há dificuldades na focalização do público alvo, pois as salas de alfabetização atraem pessoas com baixa escolaridade mas que têm já um domínio, ainda que rudimentar, da leitura e da escrita. A avaliação cognitiva realizada pelo PBA numa amostra de alfabetizando testados na entrada e na saída do programa mostrou que em torno de 40% já estavam alfabetizados na entrada e tiveram progressos nulos ao longo o curso. Os que poderiam ser considerados analfabetos absolutos, por sua vez, realizaram progressos bem modestos, não chegando ao nível de leitura de pequenos textos – um bilhete simples, por exemplo, que corresponde à definição usual de alfabetização no país. Além da precariedade em que normalmente esses cursos funcionam, com monitores leigos e sem materiais didáticos apropriados, a falta de vinculação das aprendizagens com oportunidades de uso da leitura e escrita ou continuidade dos estudos leva à redução do aproveitamento.”*

(MEC-Unesco, 2008)

Em 2009, um estudo realizado pelo IPEA acerca da evolução do analfabetismo no Brasil concluiu que a redução lenta deve-se, em grande medida, à “incipiente inserção nos programas de alfabetização de jovens e adultos, assim como à sua baixa efetividade”. (IPEA, 2010b)

Os resultados da avaliação feita em 2006 certamente impeliram a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) a promover mudanças no Programa Brasil Alfabetizado (PBA) a partir de 2007. Com a vigência do Decreto nº 6.093/2007, passou-se a exigir um plano plurianual de metas de alfabetização e a priorizar o apoio a Estados e Municípios. Já em 2006, a Secad publicou um marco referencial para avaliação cognitiva dos alunos do Programa em Leitura/Escrita e Matemática<sup>11</sup>. Os Municípios passaram a aplicar testes cognitivos no início e ao final dos cursos de alfabetização. Aqueles alunos que já demonstram suficiente competência em leitura e escrita devem ser encaminhados à EJA.

<sup>11</sup> Ver: Ricardo Henriques e outros (org.). “Brasil Alfabetizado - marco referencial para avaliação cognitiva”. Coleção Educação para Todos. MEC/IPEA/Unesco. Brasília, 2006.

O reconhecimento de que são necessários processos de aprendizagem mais alongados para garantir uma alfabetização sólida – e isto tem relação direta com a oferta de EJA – também vem guiando o esforço da Secad para reforçar as parcerias com Estados e Municípios, construindo uma agenda de trabalho conjunta (Agenda Territorial). Outras ações adotadas nesse processo de mudança, tais como a extensão dos programas suplementares a jovens e adultos, serão abordadas nas seções seguintes.

Enquanto a taxa de analfabetismo representa o percentual de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples, o IBGE também levanta a taxa de analfabetismo funcional, que se relaciona com a efetiva capacidade de inserção do indivíduo em sua comunidade a partir da conclusão de uma escolaridade mínima<sup>12</sup>. Em 2009, a taxa de analfabetismo funcional era de 20,1%<sup>13</sup>. A evolução desse indicador é influenciada tanto pelo nível de eficiência do sistema de ensino regular quanto pelo acesso de jovens e adultos à escolarização. Relaciona-se, portanto, com as metas do PNE que serão abordadas no próximo tópico.

## **II – ELEVAÇÃO DA ESCOLARIDADE: EJA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

O PNE estabeleceu as metas 2 e 3 visando assegurar, em cinco anos, a oferta de EJA equivalente às quatro séries iniciais para 50% da população de 15 anos e mais sem essa escolaridade, além de assegurar, até 2011, a oferta de cursos equivalentes às quatro séries finais para toda a população de 15 anos e mais que concluiu as séries iniciais. A meta 16 determina que a capacidade de atendimento no ensino médio dobre, em cinco anos, e quadruple até 2011.

Pode-se observar o cumprimento dessas metas em termos de evolução das matrículas na EJA. No período 2001-2010, as matrículas totais cresceram 17%, com acréscimos da ordem de 30% no segundo segmento do ensino fundamental e 40% no ensino médio. Porém, no primeiro segmento do ensino fundamental (1ª a 4ª série) houve variação negativa (-20%). (Tabela 3)

---

<sup>12</sup> O IBGE utiliza o nível de escolaridade inferior a quatro anos de estudo completos como parâmetro técnico para definir o analfabetismo funcional. Segundo a UNESCO, funcionalmente alfabetizada é a pessoa que pode participar de todas as atividades em que a alfabetização é necessária para o funcionamento efetivo do seu grupo e comunidade e também para lhe permitir continuar a utilizar a leitura, a escrita e o cálculo para seu próprio desenvolvimento e de sua comunidade. Em seu Comunicado nº70, o IPEA exclui os analfabetos convencionais para calcular o analfabetismo funcional de 2009, chegando a uma taxa de 10,7%.

<sup>13</sup> Síntese dos Indicadores da PNAD 2009, IBGE.

**Tabela 3 – Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Brasil – Ano 2001 e 2010**

Ano	Total Geral	Ensino Fundamental			Ensino Médio
		Total	1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> Série	5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> Série	
2001	3.624.264	2.636.888	1.151.429	1.485.459	987.376
2010	4.234.956	2.846.104	923.197	1.922.907	1.388.852

Obs.: Matrículas 2001-inclui matrículas de cursos presenciais com avaliação de processo. Matrículas 2010-inclui matrículas presenciais (4.061.308) e semipresenciais (576.863). Não inclui matrículas EJA integrada à ed.profissional.

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar 2001. Resumo Técnico Censo Escolar 2010.

A queda das matrículas no segmento de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries da EJA vem ocorrendo desde 2007. A partir de 2008, o total geral de matrículas também passa a diminuir em função do decréscimo nos demais segmentos (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries e Médio). É curioso observar que essa redução ocorre justamente em um momento em que havia grande expectativa de ampliação da oferta de EJA, tendo em vista sua inclusão no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que passou a vigorar em 2007.

Um fator que pode ter contribuído, inicialmente, para essa queda é a mudança por que passou o censo escolar em 2007. Desde aquele ano, são exigidas informações específicas de cada estudante, professor, turma e escola – tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. O objetivo da mudança era gerar dados mais fidedignos e detalhados, com vistas à formulação de políticas públicas. Isso não explica, porém, que a queda perdure até o ano de 2010.

Em 2001, Estados (47%) e Municípios (48%) praticamente dividiam de forma equânime o percentual de matrículas de EJA-Fundamental. Na EJA-Médio as matrículas eram predominantemente estaduais (74%), com uma participação significativa do setor privado (22%). Em 2010, a configuração é um pouco diferente. Os Estados respondem por 37,6% das matrículas de EJA-Fundamental, enquanto a participação dos Municípios é de 61%. Na EJA-Médio, as matrículas estaduais representam 90% do total, com o encolhimento do setor privado para 6,5%.

A informação sobre dependência administrativa é importante para atribuir responsabilidades quanto ao comportamento das matrículas da educação de jovens e adultos. Sobretudo se associarmos esse fato à redução do número de escolas que ofertam EJA, da ordem de 7% entre 2007 e 2010<sup>14</sup>. Esse movimento estreita a oferta direcionada a

<sup>14</sup> Ver Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), *Resumo Técnico – Censo Escolar 2010*, Brasília-2010.

um público que já convive com grandes dificuldades para ingressar e permanecer estudando, com quase 90% das matrículas de EJA no turno noturno<sup>15</sup>.

Num rápido exercício numérico para compreender os quantitativos que podem estar contemplados nas metas 2, 3 e 16 (ver Tabela 4)<sup>16</sup>, pode-se inferir que elas só teriam chances reais de execução caso houvesse uma reviravolta na educação brasileira. Os números atuais, traduzidos em matrículas, são muito mais modestos. Para usar palavras do próprio Ministério da Educação, “os números são contundentes, ou seja, o atendimento de EJA é muito aquém do que poderia ser”. (INEP, 2010)

**Tabela 4 – Metas 2, 3 e 16 PNE/EJA – Descrição e Metas Estimadas**

Descrição	Meta
Meta 2 - Oferta de EJA-1 <sup>a</sup> /4 <sup>a</sup> séries para 50% da pop.15 anos ou mais com 1 a 3 anos de estudo	8,7 milhões
Meta 3 - Oferta de EJA-5 <sup>a</sup> /8 <sup>a</sup> séries para toda pop.15 anos ou mais com 4 a 7 anos de estudo	32 milhões
Meta 16 - Oferta de EJA-Médio, quadruplicar atendimento até 2011	3,9 milhões

Obs.: Em 2000, pop. de 15 anos ou mais fora da escola com 1 a 3 anos de estudo: 17,5 milhões; pop. de 15 anos ou mais fora da escola com 4 a 7 anos de estudo: 31,7 milhões; Matrículas EJA-Médio em 2001: 987 mil

Fonte: IBGE-Censo 2000; INEP-Censo Escolar 2001 . Elaboração própria.

A Constituição Federal assegura o acesso à educação básica àqueles que não tiveram a oportunidade de cursá-la na idade própria (C.F. art. 208, I). Assim, sob a ótica do direito à educação de milhões de brasileiros com baixa escolaridade, o total de matrículas na educação de jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental e no ensino médio é demasiado tímido.

<sup>15</sup> Dados Censo Escolar 2010. Resumo Técnico (MEC/INEP).

<sup>16</sup> Trata-se apenas de um exercício retórico visto que o PNE não explicita a linha de base para verificação de tais metas. Para esse exercício, utilizamos a matrícula total de EJA-Médio no ano 2001, porém a meta nº16 não seria cumprida ainda que optássemos pelas matrículas de 1997, ano-referência de algumas estatísticas citadas no Plano. O censo escolar de 1997 registra 390.925 matrículas na EJA-Médio e 136.404 matrículas EJA-Profissionalizante. Se tomarmos apenas as primeiras, a meta de quadruplicá-las deveria resultar num total de 1,6 milhões de matrículas na EJA-Médio. No Documento Nacional Preparatório à VI Confitea, o MEC trata as metas nº 2 e 3 do PNE em conjunto, referindo-se a um quantitativo de 10 milhões a ser alcançado em 2011.

O Marco de Ação de Belém, documento final da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea), realizada pela Unesco na capital do Estado do Pará, em dezembro de 2009, declara que “a aprendizagem e educação de jovens e adultos representam um componente significativo do processo de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo um *continuum* que passa da aprendizagem formal para a não formal e para a informal”. De forma inequívoca, o documento contém a idéia de que o “empoderamento pessoal, social, econômico e político” que jovens e adultos podem construir com base no seu “direito à educação” depende desse “*continuum*” na aprendizagem. (Unesco, 2010)

As metas nacionais (no caso do PNE) e internacionais, que visam garantir a alfabetização e a educação de adultos, tem ainda como objetivo a elevação da escolaridade da população. Uma escolaridade mínima possibilita que o indivíduo desenvolva habilidades de leitura e escrita indispensáveis a sua vida de cidadão, permitindo ainda fazer frente às demandas de seu contexto social e à aprendizagem ao longo da vida.

Em 2009, a população brasileira apresentava uma média de 7,5 anos de estudo. Se tomarmos como referência o ano de 1996, citado no PNE, houve um acréscimo de 1,8 anos de estudo em 14 anos. Entre 2001 e 2009, o aumento foi de 1,2 anos de estudo. Contudo, há diferenças expressivas quando são utilizadas algumas categorias para analisar essa evolução. Essas categorias oferecem um retrato da desigualdade no que tange à escolaridade média da população brasileira. (Tabela 5)

O Nordeste mantém a posição de Região com a menor média de anos de estudo (6,3), enquanto o Sudeste alcançou, em 2009, uma média (8,2) que cumpre a escolarização mínima obrigatória correspondente ao ensino fundamental (oito anos de estudo)<sup>17</sup>. Também a zona rural e a zona urbana-não metropolitana, bem como a raça/cor negra são agrupamentos que ainda apresentavam média de anos de estudo inferior a oito anos em 2009. (Tabela 5)

Em relação a 1996, as categorias analisadas que apresentaram acréscimos mais significativos em termos de anos de estudo, em 2009, foram: i) pop. de 25 a 29 anos (2,6); ii) pop. de 18 a 24 anos (2,5); raça/cor negra (2,2); e, Região Centro-Oeste (2,1). A população de 40 anos e mais de idade apresenta média de anos de estudo muito inferior (6,2) às demais faixas etárias analisadas. A baixa escolarização dessa coorte tem grande impacto sobre a média de anos de estudo da população como um todo. Por fim, as

---

<sup>17</sup> A Emenda Constitucional nº59, de 2009, estabelece que a educação básica obrigatória e gratuita deve ser assegurada dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, inclusive para aqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria (art. 208, I). A implantação deve ocorrer de forma progressiva, até 2016.

mulheres mantiveram, nos anos analisados, melhores médias de anos de estudo do que os homens. (Tabela 5)

Tabela 5 – Média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais de idade, por categorias selecionadas, 1996, 2001 e 2009

<b>Categorias</b>	<b>1996</b>	<b>2001</b>	<b>2009</b>	<b>Dif.1996-2009</b>
<b>Brasil</b>	5,7	6,3	7,5	1,8
Norte	5,6	6,3	7,1	1,5
Nordeste	4,3	4,9	6,3	2,0
Sudeste	6,3	7,1	8,2	1,9
Sul	6,1	6,7	7,9	1,8
Centro-Oeste	5,8	6,5	7,9	2,1
<b>Localização</b>				
Urbano Metropolitano	7,0	7,6	8,7	1,7
Urbano Não Metropolitano	5,8	6,4	7,6	1,8
Rural	3,1	3,4	4,8	1,7
<b>Sexo</b>				
Masculino	5,6	6,2	7,4	1,8
Feminino	5,7	6,5	7,7	2,0
<b>Raça ou Cor</b>				
Branca	6,5	7,3	8,4	1,9
Negra	4,5	5,2	6,7	2,2
<b>Faixa Etária</b>				
15 a 24 anos	6,3	7,4	8,8	2,5
25 a 29 anos	6,8	7,4	9,4	2,6
30 a 39 anos	6,6	7,0	8,2	1,6
40 anos +	4,3	5,0	6,2	1,9

Fonte: IPEA. *Comunicado nº66*. PNAD 2009. “Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas”.

Em 2010, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) anunciou mudanças no Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Esse índice engloba três aspectos essenciais do desenvolvimento humano: conhecimento (medido por indicadores de educação), saúde (medida pela longevidade) e padrão de vida digno (medido pela renda). Na educação, a taxa de analfabetismo anteriormente utilizada para o cálculo do IDH foi substituída pela média de anos de estudo da população adulta. Além disso, a taxa de matrícula bruta deu lugar ao número esperado de anos de estudos.

A elevação do número médio de anos de estudo da população brasileira na próxima década será influenciada pelos avanços na educação de jovens e adultos: mais matrículas, menos evasão e melhores aprendizagens. Por sua vez, esses resultados estão vinculados a mais qualidade e institucionalização para a modalidade de EJA.

### **III – QUALIDADE E INSTITUCIONALIZAÇÃO NA EJA**

---

Nesta seção, agrupamos metas que perpassam duas questões de muito relevo para a educação de jovens e adultos. A primeira diz respeito à sua institucionalização, estruturando e fortalecendo os mecanismos para oferta e gestão; a outra é a qualidade, cuja melhoria é determinante para mudar a visão da modalidade como algo de menor prestígio e pouca exigência. Ambas são pilares para que a EJA se converta em efetiva estratégia de democratização da educação básica

Importante registrar que algumas metas aqui incluídas podem ser mais bem caracterizadas como linhas de ação e, portanto, têm aferição difícil de ser verificada na esfera federal.

A Meta nº 4 fala em “estabelecer programa nacional para assegurar que as escolas públicas de ensino fundamental e médio, localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade, ofereçam programas de alfabetização e de ensino e exames para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais”.

Já a Meta nº 8 determina a formulação de “políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a educação de jovens e adultos”.

Por sua vez, a Meta nº 10 determina a reestruturação, criação e fortalecimento, nas secretarias estaduais e municipais de educação, de setores próprios incumbidos de promover a educação de jovens e adultos.

Essas três metas estão relacionadas com o modelo escolhido para implantar as ações de alfabetização/educação de jovens e adultos. Em âmbito federal, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) financia, desde 2003, projetos desenvolvidos por órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Com o objetivo de melhorar a qualidade da oferta e promover melhor articulação entre a alfabetização e a EJA, a SECAD, desde 2007,

tem privilegiado as parcerias com Estados e Municípios e recomendado que o quadro de alfabetizadores seja composto, preferencialmente, por professores da rede pública<sup>18</sup>.

Como os projetos financiados pelo PBA são executados de forma descentralizada, cada um tem desenho próprio em termos de parcerias, local de realização das aulas e opção por professores da rede de ensino ou voluntários alfabetizadores. Esses profissionais recebem uma bolsa para atuarem no Programa.

Além do pagamento de bolsas aos alfabetizadores e coordenadores de turmas, o MEC repassa recursos financeiros aos Estados e Municípios, por meio de transferência automática, para financiamento das seguintes ações: formação de alfabetizadores, aquisição de gêneros alimentícios para a merenda e, também, de materiais pedagógicos.

O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 90% estão na região Nordeste.

Por ocasião de sua implementação, tanto o Programa Alfabetização Solidária<sup>19</sup>, quanto os programas de apoio à EJA, Recomeço (até 2002) e Fazendo Escola (2003-2006), consideraram as localidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano<sup>20</sup> prioritários na seleção de projetos ou de Municípios a atender<sup>21</sup>.

Organizações da sociedade civil e movimentos sociais têm tido participação ativa na educação de jovens e adultos, haja vista a constituição dos Fóruns Estaduais de EJA, gerando propostas e estudos, implantando projetos e subsidiando políticas e programas.

No estudo realizado em 2006, verificamos junto ao Ministério da Educação que todas as Secretarias Estaduais de Educação possuíam coordenadores de jovens e adultos, não havendo dados sistematizados sobre a situação das secretarias municipais de educação. (Gomes, 2006)

<sup>18</sup> Essas orientações constam do Decreto nº 6.093, de 24/04/2007, que reorganizou o Programa Brasil Alfabetizado. O “Documento Nacional Preparatório à VI Confitea” menciona que a SECAD passou a recomendar que pelo menos 75% dos professores sejam professores da rede com experiência em alfabetização, com vistas a melhoria da qualidade. (MEC-Unesco, 2008)

<sup>19</sup> Nos dois primeiros anos do PNE (2001 e 2002), o Programa Alfabetização Solidária era a principal iniciativa na esfera federal para combater o analfabetismo.

<sup>20</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano é divulgado anualmente pela Organização das Nações Unidas e contempla três dimensões: expectativa de vida, renda per capita e escolaridade da população.

<sup>21</sup> “Relatório Nacional da Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação do Brasil”, apresentado na Conferência Internacional MidTerm, na Tailândia, 2003. *Educação de Jovens e Adultos: uma memória contemporânea 1996-2004*, UNESCO-MEC, 2004.



Desde 2009, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD vem buscando dar um passo adiante nesse processo de institucionalização. Propôs uma “Agenda Territorial” aos gestores estaduais, aos fóruns EJA e à Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)<sup>22</sup>. Representantes do poder público e da sociedade civil foram convidados a definir uma agenda própria de trabalho para fortalecer a articulação entre alfabetização e a educação de jovens e adultos. Para a implantação das Agendas, a Secretaria sugere a formação de uma Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e oferece apoio técnico e financeiro com vistas à definição de objetivos, estruturação e acompanhamento das ações<sup>23</sup>.

Ao que parece, o Ministério busca reagir, ainda que tardiamente, ao diagnóstico já conhecido, buscando simultaneamente causas e soluções para dois problemas identificados: “Por que os egressos do Programa Brasil Alfabetizado não estão migrando para o primeiro segmento de EJA?” “Por que tem diminuído o número de matrículas em EJA?”. (MEC, s.d.)

Em 2001, havia 30.544 estabelecimentos de ensino ofertando EJA. Em 2010, eram 42.753. Conforme já descrito, na comparação com 2007, os dados de 2010 indicam uma redução da ordem de 7%, no quantitativo total de escolas que ofertam essa modalidade.<sup>24</sup>

Em matéria divulgada no sítio de notícias IG, em setembro de 2010, o Conselheiro César Callegari, do Conselho Nacional de Educação, declara que a demanda por escolaridade é grande, mas pouco percebida por secretários de educação de estados e municípios. “Não é raro ouvirmos de secretários que eles estão fechando escolas que oferecem Educação para Jovens e Adultos (EJA) por falta de demanda. Essa é uma percepção errada. A demanda é latente, mas não está se apresentando porque não acreditam que valha a pena voltar para a escola. Eles já a experimentaram e viram que é inadequada às suas necessidades”, afirma<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> Criada pelo Decreto nº4.834, de 2003. Colegiado de caráter consultivo, composto por representantes da sociedade civil ligados à educação, com o objetivo de assessorar o MEC na formulação e implementação das políticas públicas nessa área.

<sup>23</sup> Serão transferidos, a título suplementar, recursos financeiros destinados à elaboração do Plano Estratégico de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, que deverá observar as ações previstas na Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA” (Res. FNDE nº 6, de 16/04/2010, art.29).

<sup>24</sup> Ver Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), *Resumo Técnico – Censo Escolar 2010*, Brasília-2010.

<sup>25</sup> No site de notícias IG Brasília, matéria publicada em 18/09/2010, com o título “Classes de alfabetização ganham mais alunos adultos”. Consultado em 22/01/2011. Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/classes+de+alfabetizacao+ganham+mais+alunos+adultos/n123778212338.html>

Do que se depreende da leitura dos documentos que tratam da “agenda territorial”, a proposta busca unir algumas pontas que podem viabilizar uma maior e melhor oferta de EJA, entre elas: a capacidade de mobilização e a experiência dos movimentos sociais, como os Fóruns EJA, e a capacidade dos poderes públicos locais de estruturarem e perenizarem ações.

### **Diretrizes curriculares, programas suplementares e infraestrutura**

A meta nº 12 prevê a elaboração, no prazo de um ano, de parâmetros nacionais de qualidade para as diversas etapas da educação de jovens e adultos, respeitando-se as especificidades da clientela e a diversidade regional.

O Conselho Nacional de Educação aprovou, em 2000, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e, com base nesse documento, o MEC produziu propostas curriculares para os dois segmentos do ensino fundamental, como subsídio à elaboração de projetos e propostas curriculares de educação de jovens e adultos.

A meta nº 5 diz: “[E]stabelecer programa nacional de fornecimento, pelo Ministério da Educação, de material didático-pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de ensino fundamental para jovens e adultos, de forma a incentivar a generalização das iniciativas mencionadas na meta anterior.”

No que diz respeito ao cumprimento dessa meta, a grande conquista foi a criação do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA)<sup>26</sup>. A partir de 2011, o PNLA será incorporado a um novo programa, mais amplo: o Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA)<sup>27</sup>, que distribuirá obras didáticas para todas as escolas públicas e entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado e para turmas do EJA/Fundamental.

A Educação de Jovens e Adultos, tanto no ensino fundamental quanto no médio, padece da falta de diversidade de materiais didático-pedagógicos, especialmente se consideramos a variedade de públicos que ela atende. Assim sendo, convém registrar duas outras ações do MEC. A realização do concurso “Literatura para Todos”, cuja quarta edição ocorreu em 2010. A iniciativa procura democratizar o acesso à leitura, constituindo um acervo bibliográfico literário específico para jovens, adultos e idosos recém alfabetizados e criar uma comunidade de leitores.

---

<sup>26</sup> Criado pela Resolução FNDE nº 18, de 24 de abril de 2007.

<sup>27</sup> Criado pela Resolução FNDE nº 51, de 16 de setembro de 2009.

O MEC publica e distribui as obras vencedoras às entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, às escolas públicas que oferecem a modalidade EJA, às universidades que compõem a Rede de Formação de Alfabetização de Jovens e Adultos, aos núcleos de EJA das instituições de ensino superior e às unidades prisionais que ofertam essa modalidade de ensino.

O edital do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para 2012, disponível no sítio do MEC, inclui os alunos da educação de jovens e adultos (etapas de ensino fundamental e médio) entre aqueles beneficiados com a distribuição de obras de literatura.

Com o objetivo de ampliar a disponibilidade de materiais pedagógicos para a EJA, o MEC também apoiou, na primeira metade da década de 2000, a produção da “Coleção Viver Aprender”, orientada para o primeiro segmento do ensino fundamental. Recentemente, apoiou a produção da “Coleção Cadernos de EJA”, também destinados ao ensino fundamental de jovens e adultos<sup>28</sup>.

Ainda que não tenham sido incluídas no PNE como metas específicas, um panorama das atuais condições de oferta deve citar a inclusão da EJA no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a presença de alguns equipamentos nas escolas que ofertam a modalidade. A Lei nº 11.947, de 2009, estendeu o PNAE a toda a rede pública de educação básica e de jovens e adultos<sup>29</sup>, o que sem dúvida constitui um avanço. Por outro lado, há muito que caminhar na melhoria dos recursos pedagógicos disponíveis (Tabela 6). Pouco mais da metade dos alunos atendidos em EJA-Fundamental dispõem de bibliotecas em suas escolas.

---

<sup>28</sup> Parceria entre SECAD/MEC, FNDE e Fundação Unitrabalho. Consultado em 09/02/2011. Disponível em: [http://eja.sb2.construnet.com.br/index.php?acao3\\_cod0=de3ccc34790b6e1f46521e422ec2cf44](http://eja.sb2.construnet.com.br/index.php?acao3_cod0=de3ccc34790b6e1f46521e422ec2cf44)

<sup>29</sup> A Lei nº11.947/2009 determina em seu art. 2º, III, a “universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica”.

Tabela 6 - Número de escolas, matrículas e percentual de alunos atendidos na EJA, segundo disponibilidade de biblioteca, Internet banda larga, laboratórios de informática e ciência-Brasil - 2009

Equipamento	EJA-Fundamental			EJA-Médio		
	Escolas	Matrículas	% Alunos Atendidos	Escolas	Matrículas	% Alunos Atendidos
Total	37.334	3.094.524		8.678	1.566.808	
Biblioteca	13.703	1.666.007	53,8	5.397	990.690	63,2
Internet Banda Larga	12.084	1.598.171	51,6	6.253	1.193.343	76,2
Laboratório Informática	14.114	1.786.164	57,7	6.977	1.250.408	79,8
Laboratório Ciências	3.026	441.385	14,3	2.996	555.118	35,4

Fonte: Resultados do Censo da Educação Básica 2009, MEC/INEP/Diretoria de Estatísticas Educacionais.

### Formação de professores

A formação de professores, abordada a seguir, influencia fortemente a qualidade do ensino e o financiamento, outro ponto que tratamos nesta seção, é um dos pilares para que a modalidade de EJA seja definitivamente institucionalizada.

Na Meta nº 7, o PNE diz que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, devem manter programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para, no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender à demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo.

Conforme o Censo Escolar 2010, cerca de 80% dos professores que atuam com jovens e adultos têm formação em nível superior. Um cenário melhor que aquele verificado em 2001, quando esse percentual era de 66%. (Tabela 7)

Tabela 7 -Escolaridade dos docentes que atuam na EJA - Brasil – 2010

Formação	Total	%
Fundamental Incompleto	301	0,12
Fundamental Completo	702	0,27
Ensino Médio (EM)	35.902	13,72
EM - Normal/Magistério	356	0,14
EM - Normal/Magistério Específico Indígena	19.186	7,33
Superior Completo	205.290	78,43
<b>TOTAL</b>	<b>261.737</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Inep/DEED. Censo Escolar 2010

Políticas públicas no sentido de formar aqueles sem escolaridade em nível superior deverão alcançar pouco mais de trinta e seis mil docentes. O maior desafio, no entanto, parece ser a capacitação desses profissionais para atuar em sala de aula considerando as peculiaridades da EJA. Essa qualificação específica pode ser um dos grandes trunfos para ajudar o alunado a superar experiências escolares malsucedidas e combater a evasão.

Com relação à adequação da formação inicial, é oportuno recorrer ao trabalho da pesquisadora Bernardete Gatti, que analisou, por amostra representativa, a estrutura curricular e as ementas de 165 cursos presenciais de instituições de ensino superior, nas áreas de Pedagogia, Letras/Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas. Ao estudar os 71 cursos de Pedagogia selecionados, o estudo identificou que apenas 1,6% das 3.107 disciplinas obrigatórias tratavam de conhecimentos relativos à EJA. Ao observar o conjunto das 406 disciplinas optativas, chegou-se a um percentual de 4,2 dedicado a essa modalidade. A autora comenta:

*“Entre as disciplinas dedicadas à educação infantil e a modalidades específicas de ensino (educação de jovens e adultos, educação especial, entre outras), as ementas acentuam abordagens mais genéricas das questões educativas, ou descritivas, também com poucas referências às práticas associadas. Alguns poucos cursos promovem um aprofundamento da formação nessas modalidades educativas, quer mediante a oferta de disciplinas optativas, quer de tópicos e projetos especiais, mas neles não é possível detectar a predominância de elementos voltados propriamente para a prática docente”.*

(Gatti, 2009, P.121-122)

A SECAD/MEC tem fomentado, via editais, a atuação de instituições públicas de ensino superior interessadas na formação continuada de professores. A chamada “Rede de Educação para a Diversidade” almeja disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula, em áreas como relações étnico-raciais, gênero, jovens e adultos, educação do campo, educação integral e integrada. A formação é oferecida na modalidade semi-presencial, em cursos de extensão, aperfeiçoamento ou especialização, na Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Desde 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, no intuito de apoiar iniciativas sistemáticas de formação de docentes e gestores, envolvidos no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, convida instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a apresentar projetos de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Especialização Proeja. Por fim, entre as ações financiadas pelos recursos do Programa Brasil Alfabetizado, está a formação de alfabetizadores e coordenadores de turma.

### **Financiamento**

Após ter sofrido com condições adversas de financiamento, impostas pela exclusão do cômputo das matrículas de EJA do Fundef, no período 1996-2006, a EJA vislumbrou um cenário mais promissor a partir de sua inclusão no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Nesse Fundo, são consideradas as matrículas de EJA bem como as de EJA integrada à educação profissional para repartição dos valores globais. Em 2010, os coeficientes de distribuição de recursos definidos para essas matrículas foram de 0,80 e 1,20, respectivamente<sup>30</sup>. Os valores definidos na repartição de recursos do Fundeb, contudo, não representam efetiva aplicação nas diferentes etapas e modalidades de ensino.

Se até a vigência do Fundeb, o Ministério da Educação transferia, de forma suplementar, R\$250 por aluno/ano para a educação de jovens e adultos<sup>31</sup>, em 2009, as prefeituras eram remuneradas em cerca de R\$1,1 mil por matrícula de EJA (80% de R\$1.414,85, que era o valor anual mínimo nacional por aluno para 2010<sup>32</sup>). Não havia, porém, a obrigatoriedade de investir esse mesmo valor na modalidade.

O orçamento do MEC, destinado à educação de jovens e adultos, registra bem esse processo. No período de vigência do PNE, o movimento ascendente de ampliação dos investimentos em EJA vai de 2001 a 2005, quando esses gastos pulam de 277 a 670 milhões de reais. Com o advento do Fundeb há uma queda significativa em 2007 e, em seguida, seguramente diante do comportamento pouco alvissareiro das matrículas, o orçamento volta a crescer, alcançando 660 milhões em 2010. (Gráfico 1)

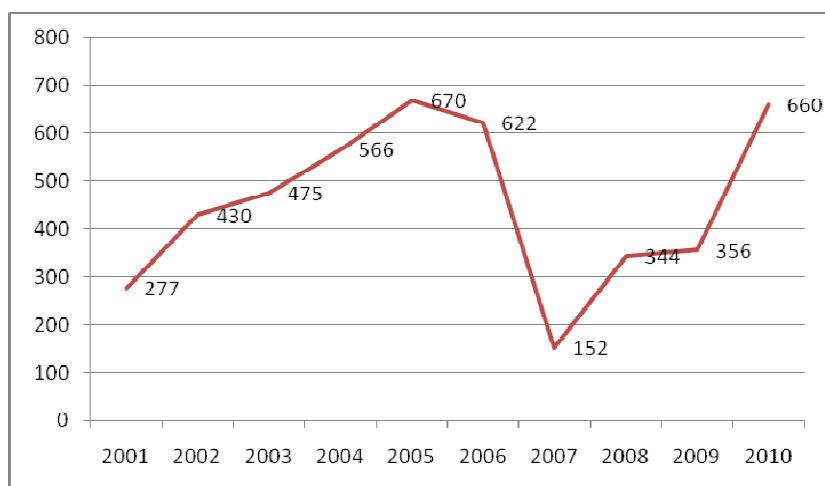
---

<sup>30</sup> Portaria Interministerial MEC/MF nº 873, de 1º/07/2010.

<sup>31</sup> Res. MEC/FNDE nº 25, de 16/06/2005 e Res. MEC/FNDE nº 23, de 24/04/2006.

<sup>32</sup> Portaria Interministerial MEC/MF nº 1.227, de 28/12/2009.

Gráfico 1 – Orçamento da União – Ministério da Educação - 2001 a 2010 – Despesa relacionada à Educação de Jovens e Adultos – em R\$ milhões correntes



Obs.: Valores liquidados. Fonte: Consultoria de Orçamento da CD. Elaboração própria.

Em síntese, a Meta nº 26, “incluir, a partir da aprovação do Plano Nacional de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica”, foi cumprida, mas a história recente mostra que ela, ao contrário do que se esperava, não trouxe garantia de recursos aplicados em EJA.

#### IV – INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO

Nesta seção, foram reunidas metas referentes a levantamento de dados, mapeamento de demanda, certificação de competências e avaliações de experiências.

As Metas nº6 e nº 20 dizem respeito à avaliação. A primeira estipula que devem ser realizados, anualmente, levantamento e avaliação de experiências em alfabetização de jovens e adultos que constituam referência para os agentes integrados ao esforço nacional de erradicação do analfabetismo. A outra demanda que os sistemas de ensino, a cada dois anos, façam avaliação e divulgação dos resultados dos programas de educação de jovens e adultos, como instrumento para assegurar o cumprimento das metas do Plano.

Dentre as atribuições previstas para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC, estão a fiscalização e a avaliação das ações financiadas no bojo do Programa Brasil Alfabetizado. A partir de 2006, o Ministério da Educação, em parceria com a Unesco, lançou um conjunto de livros

denominado “Série Avaliação”/Coleção Educação para Todos, cuja finalidade era “dar transparência e compartilhar as experiências na área de avaliação obtidas pela Secad/MEC”.

Dentre as publicações desse série, podemos citar: volume 18 – “Brasil Alfabetizado: caminhos da avaliação”; volume 19 – “Brasil Alfabetizado: a experiência de campo de 2004”; volume 20 – “Brasil Alfabetizado: marco referencial para avaliação cognitiva”; volume 21 – “Brasil Alfabetizado: como entrevistamos em 2006”; volume 22 – “Brasil Alfabetizado: experiências de avaliação dos parceiros”.

Organizações não governamentais ligadas à educação conduzem trabalhos do gênero, como a Ação Educativa, que produziu a avaliação externa do PRONERA<sup>33</sup>.

Pode-se dizer, então, que houve um esforço para disseminar informações sobre a alfabetização de jovens e adultos, abrangendo questões conceituais, metodologias, diagnóstico de beneficiários, eficácia das ações desenvolvidas e boas práticas, entre outros. Essas ações, porém, não tem a regularidade que a Meta nº 6 reclama. A avaliação dos programas de EJA não prosperou. Adicionalmente, outras demandas ganham urgência, a exemplo da necessidade de se conhecer melhor o perfil do público atendido por essa modalidade, a fim de planejar uma oferta mais adequada às características desse alunado.

A Meta nº 9 fixa que Estados e Municípios sejam instados a procederem um mapeamento da população analfabeta, por meio de censo educacional, visando localizar e induzir a demanda e programar a oferta de educação de jovens e adultos. Já a de nº 21 requer a realização de estudos específicos com base nos dados do censo demográfico, da PNAD, de censos específicos (agrícola, penitenciário, etc) para verificar o grau de escolarização da população.

O IBGE disponibiliza a taxa de analfabetismo, média de anos de estudo e taxa de escolarização da população, entre outros dados de instrução. De seu lado, o MEC realiza o censo escolar anualmente, que contempla matrículas, estabelecimentos e docentes da educação de jovens e adultos. Afora isso, levantamentos estatísticos direcionados para a população jovem e adulta de menor escolaridade, como manda o PNE, são escassos.

O MEC produziu, em 2003, o Mapa do Analfabetismo, que contém dados referentes a estados e municípios, e desenvolveu, no ano seguinte, sob demanda do INCRA, uma Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Relatório Geral de Avaliação Externa do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Ação Educativa, 2004.

<sup>34</sup> Relatório de Gestão Exercício 2004 do Instituto de Colonização e Reforma Agrária. [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)



Em dezembro de 2005, o Ministério lançou um Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para o Acompanhamento e Avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Estaduais e Municipais Correspondentes. Em 2006, como parte desse programa, o INEP e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR desenvolveram relatórios regionais de diagnóstico, com dados demográficos de população e dados estatísticos do censo escolar relativos a cada estado e região geográfica.

O Decreto nº 6.093, de 24/04/2007, que reorganizou o Programa Brasil Alfabetizado, prevê que os Estados e Municípios, ao elaborarem seu ‘Plano Plurianual de Alfabetização’, devem estabelecer estratégias de mobilização para a alfabetização, podendo recorrer aos dados do Cadastro Único de Programas Sociais, do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) e aos agentes comunitários de saúde. (art. 4º, §1º) De acordo com a Resolução FNDE nº6, de 16/04/2010, que estabelece critérios e procedimentos para execução do Programa Brasil Alfabetizado, cabe ao ente executor “localizar, identificar e cadastrar jovens, adultos e idosos não alfabetizados, para ingresso em turmas de alfabetização do PBA”.

Entidades da sociedade civil e representantes da educação de jovens no âmbito governamental têm demandado o cumprimento dessas metas, em especial a realização de um censo qualitativo nacional, para um diagnóstico mais preciso da EJA.<sup>35</sup>

No mais, cabe verificar junto a Estados e Municípios a implantação das metas relativas a levantamentos quantitativos ou de cunho qualitativo, tais como a localização da demanda potencial para a educação de jovens e adultos, e, com maior urgência, a avaliação e divulgação dos resultados das ações relacionadas à EJA.

A meta nº 13 cuida do aperfeiçoamento do sistema de certificação de competências para prosseguimento dos estudos.

O MEC criou, em 2002, o Exame Nacional de Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos – ENCCEJA, como instrumento de avaliação das competências e habilidades de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir os estudos na idade curricular apropriada. Originalmente, ele pretendia atender à certificação de brasileiros que cursam o ensino básico fora do País, já que o ensino de jovens e adultos é responsabilidade de Estados e Municípios.

A adesão ao exame é voluntária e cabe às secretarias de educação regulamentar a divulgação e o uso dos seus resultados e, quando for o caso, a emissão de certificados equivalentes à conclusão do ensino fundamental para aqueles com, no mínimo,

---

<sup>35</sup> Ver Carta Aberta dos Coordenadores Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, de março de 2006, em [www.forumeja.org.br](http://www.forumeja.org.br)

15 anos completos. As pessoas privadas de liberdade e/ou aquelas sob medidas socioeducativas também podem participar da prova, a critério das Secretarias de Segurança Pública de cada Estado. A certificação de conclusão do ensino médio para os estudantes com 18 anos completos é ofertada por meio do Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM.

Já no ano seguinte ao de criação, o ENCCEJA foi suspenso, mas retomado em 2006. Algumas entidades ligadas à modalidade, como o Fórum de Educação de Jovens e Adultos, fizeram críticas à reedição desse exame. As críticas se concentravam em dois pontos: temor que o exame desestimule a frequência aos cursos presenciais de EJA, bem como se acenava com um possível conflito de competências entre os entes federativos em virtude da implantação de um exame nacional que pode conferir certificação.

## V – ARTICULAÇÃO COM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS

---

### Educação Superior

Três metas estão relacionadas às instituições de educação superior, são elas:

**Meta nº 11 – Estimular a concessão de créditos curriculares aos estudantes de educação superior e de cursos de formação de professores em nível médio que participarem de programas de educação de jovens e adultos.**

**Meta 18 – Incentivar as instituições de educação superior a oferecerem cursos de extensão para prover as necessidades de educação continuada de adultos, tenham ou não formação de nível superior.**

**Meta 19 – Estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade.**

Face à autonomia didático-administrativa das universidades públicas, é pertinente a realização de levantamento específico junto às mesmas para a checagem dessas metas. No que diz respeito à Meta nº 18, convém lembrar que apenas as universidades têm obrigação legal de realizar atividades de extensão.

O Resumo Técnico do Censo da Educação Superior – 2003, reuniu, pela primeira vez, informações sobre a extensão universitária e das IES em geral, mas não há uma avaliação ampla que possa mapear os resultados alcançados. Naquele ano, foram listadas como principais temáticas de atuação da extensão universitária: assistência à saúde; apoio jurídico; elaboração de laudos técnicos; produção de programas de rádio e televisivos, bem como cursos presenciais e a distância com duração de 30 horas ou mais.

Cabe citar também o Programa de Apoio à Extensão Universitária-ProExt, financiado pelo MEC, cujo objetivo é apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. No ano de 2005, pouco menos da metade dos 89 projetos e programas financiados vinculavam-se à alfabetização de jovens e adultos, EJA, formação continuada de professores e apoio à terceira idade. Em 2010, entre as 473 propostas de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) aprovadas pelo Edital ProExt nº 5/2010, havia apenas três que explicitavam em seu título direcionamento para a EJA<sup>36</sup>. Já entre as propostas das Instituições Estaduais não foi possível, a partir das informações disponíveis, identificar nenhum projeto voltado para essa modalidade.

Em 2009, o MEC, a Unesco e as Universidades Federais da Paraíba (UFPB), de Pernambuco (UFPE) e do Rio Grande do Norte (UFRN) criaram a Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos, que deverá ter o papel de promover cursos, seminários, eventos científicos e atividades de pesquisa e extensão, cursos de formação, documentação e disseminação de informações na área.

### **Educação a Distância e Educação Profissional**

A Meta nº 14 determina a **expansão da oferta de programas de educação a distância na modalidade de educação de jovens e adultos, incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais.**

Já a educação profissional está explicitamente referenciada na **Meta nº 15, que demanda o incremento da associação entre ensino fundamental para jovens e adultos e a oferta de cursos básicos de formação profissional.**

Não conhecemos medidas específicas adotadas pelo MEC para expandir a oferta de programas de educação a distância na modalidade de educação de jovens e adultos. As ações mais relevantes em educação a distância estão direcionadas à formação ou capacitação de professores e para a Universidade Aberta do Brasil, que visa ampliar a oferta no ensino superior público.

O Decreto nº 5.622, de 2005, que regulamentou o artigo 80 da LDB (revogando os Decretos nº 2.494 e 2.561, ambos de 1998), delega aos sistemas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios os atos de credenciamento de instituições interessadas em ofertar cursos a distância dirigidos à educação básica de jovens e adultos. Cabe aos mesmos, portanto, a análise das propostas curriculares e metodologias de ensino desenhadas para esses cursos.

---

<sup>36</sup> Projetos apresentados pela Univ. Federal do Ceará (1) e pela Univ. Federal do Rio de Janeiro (2).

Em 2004, o Censo Escolar registrou 1,1 milhão de matrículas de EJA em cursos semipresenciais/presença flexível; em 2010, foram contabilizadas 576.863 matrículas semipresenciais pelo INEP. Possivelmente, a instituição do FUNDEB com a exclusividade de cômputo do número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, vem exercendo um desestímulo sobre a expansão de programas de EAD para jovens e adultos, tal como fixado nesta meta.

Quanto à associação entre EJA e a formação profissional, podem ser citados o ProJovem e o ProEJA como iniciativas nas quais de alguma forma é feita essa vinculação. O ProJovem foi reformulado em 2008, a partir da aprovação da Lei nº 11.692, dando origem a quatro vertentes: ProJovem Urbano, ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador e Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo<sup>37</sup>.

Desses, o ProJovem Urbano pretende elevar a escolaridade do jovem alfabetizado de 18 a 29 anos, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias, na forma de um curso combinado com auxílio financeiro. O ProJovem Urbano também pode ser ofertado em unidades prisionais e nas unidades socioeducativas de privação de liberdade, por meio de parcerias com o Ministério da Justiça ou a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, respectivamente.

Por sua vez, o ProJovem Campo - Saberes da Terra tem como objetivo elevar a escolaridade dos jovens residentes no campo, integrando a qualificação social e formação profissional, estimulando a conclusão do ensino fundamental, na modalidade educação de jovens e adultos e em regime de alternância. Também se destina a jovens de dezoito a vinte e nove anos de idade, que saibam ler e escrever, mas não tenham concluído o ensino fundamental.

Criado em 2005<sup>38</sup>, para atender à necessidade de uma política pública voltada para jovens e adultos que contemple a elevação da escolaridade com profissionalização, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja pretende ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional integrados ou concomitantes ao ensino fundamental e médio na modalidade EJA.

---

<sup>37</sup> O Projeto Escola de Fábrica, criado pela Lei nº 11.180, de 23/09/2005, foi incorporado ao ProJovem, na reformulação de 2008.

<sup>38</sup> O Governo Federal instituiu o Proeja, em 2005, por meio do Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. No ano seguinte, editou-se o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que ampliou a abrangência do Programa para o público do ensino fundamental da EJA.

O sítio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) informa que há um alto índice de abandono dos cursos do Proeja. Ao longo de 2007 e 2008, foi desenvolvido o projeto “Inserção Contributiva”, prevendo visitas às instituições que apresentam um alto índice de desistência dos cursistas, para identificar as causas e estabelecer estratégias de monitoramento e avaliação que reduzam a evasão. Não encontramos, infelizmente, documento do órgão que sistematize os resultados desse trabalho.

Um acordo celebrado entre o Governo Federal e as entidades que compõem o chamado Sistema S, em 2008, buscou ampliar a oferta de cursos gratuitos de educação profissional. A gratuidade se destina a pessoas de baixa renda que, preferencialmente, O acordo, porém, não explicita prioridade para jovens e adultos matriculados na EJA<sup>39</sup>.

#### Direitos Humanos

**A Meta nº 17 determina a implantação, “em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, de programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional”.**

O Parecer CNE/CEB nº 4/2010, que institui as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais traz as seguintes estatísticas sobre o perfil do interno penitenciário brasileiro: 74% são jovens entre 18 e 34 anos; 22% estavam ocupados profissionalmente; apenas 10% estudam no cárcere, a despeito de 66% deles não terem completado o ensino fundamental e 12% serem analfabetos<sup>40</sup>. (CNE, 2010)

Em seu relatório nacional sobre a educação nas prisões brasileiras, a autora Denise Carreira constata que a “educação para pessoas encarceradas ainda é algo estranho ao sistema prisional”, “vista como um ‘privilegio’”, “muito inferior à demanda por acesso”, e quando “existe, em sua maior parte sofre de graves problemas de qualidade”. (Carreira, 2009)

---

<sup>39</sup> Decretos nº 6.632; nº 6.633; nº 6.635; nº 6.637, todos de 5/11/2008.

<sup>40</sup> As estatísticas são do Sistema Integrado de Informações Penais, 2009 (InfoPen/DEPEN/MJ).

Entre 2005 e 2008, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e a Unesco iniciaram uma parceria em prol da expansão da oferta educacional nas prisões<sup>41</sup>. O projeto “Educando para Liberdade” deu origem a visitas a unidades prisionais, oficinas técnicas, proposições legislativas para alterações na Lei de Execução Penal e seminários regionais e nacionais, onde foram tratados diagnóstico e experiências. Como parte dessa iniciativa, foi elaborada uma proposta de Diretrizes Nacionais para a Educação no Sistema Prisional. Posteriormente, o documento foi enviado ao CNE e deu origem ao parecer já citado.

Outro resultado dessa aproximação foi a publicação *Educando para a Liberdade*, que apresenta um projeto para o ensino nas prisões. O Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, prevê investimentos em novas unidades prisionais com módulos de educação (sala de aula, laboratório de informática e biblioteca) e encampou a remissão da pena pelo estudo, defendida há anos por entidades não governamentais, como a ONG Ação Educativa. A aprovação dessa medida tende a exercer um papel indutor sobre a demanda por educação dentro do sistema penitenciário.

Como a maioria dos apenados brasileiros é composta por jovens pobres sem o ensino fundamental completo e sem qualificação técnica para buscar empregos, as perspectivas de reinserção social ao deixar o sistema penitenciário poderiam ser muito maiores com a oferta articulada de escolarização com algum tipo de capacitação profissional.

Em seu estudo, Denise Carreira relata que ações de estímulo à elaboração de planos estaduais de educação no sistema penitenciário, formação de profissionais do sistema prisional e aquisição de acervos para as bibliotecas foram inseridas no Plano de Desenvolvimento da Educação do MEC, por meio dos Planos de Ação Articulada (PAR-Prisionais).

A despeito desse movimento alvissareiro dos Ministério da Educação e da Justiça, o cenário geral é de iniciativas fragmentadas, realizadas em espaços improvisados e precários, com materiais inadequados e professores sem capacitação específica para o perfil do alunado. Sobre a gestão, o Conselheiro Adeum Sauer destaca em seu Parecer:

---

<sup>41</sup> Em 2005, formalizou-se um Protocolo de Intenções entre os Ministérios da Justiça e da Educação, para assegurar atendimento à população presa ou egressa no âmbito dos programas de educação de jovens e adultos e do Programa Brasil Alfabetizado.

*“Com exceção de algumas experiências estaduais particulares, que vem organizando toda uma proposta política e administrativa para as ações de educação no cárcere, com pouquíssimas exceções, são experiências realizadas sem uma diretriz estadual. Cada escola desenvolve uma política particular, a critério simplesmente da sua gestão. Não possuem uma matriz curricular diferenciada que atenda a referida realidade, assim como também não possuem material adequado”. (CNE, 2010, pg. 22)*

### **Trabalho e Emprego**

Além das ações já descritas na parte que cuida da articulação da EJA com a educação profissional, aqui podemos acrescentar iniciativas como o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que, em 2003, sucedeu ao PLANFOR, desenhado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Ambos são iniciativas governamentais que também se relacionam com as Metas nº 22 e 23, cujo tema é a articulação da educação de jovens e adultos com as políticas públicas desenhadas para geração de emprego, combate ao desemprego, bem como de formação, qualificação e requalificação dos trabalhadores.

O PNQ elenca os segmentos prioritários para fins de aplicação de recursos, mas também estabelece que, em quaisquer desses segmentos, terão preferência de acesso aos programas financiados pelo Plano as pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, em particular aquelas com baixa renda e baixa escolaridade<sup>42</sup>.

### **Cultura**

A ponte mais solidamente construída entre as políticas educacionais e culturais está voltada para a disseminação do livro e da leitura, e a educação de jovens e adultos não foge à regra. Grosso modo, é esse o cenário da meta nº 24, que visa à articulação das políticas de educação de jovens e adultos com as culturais.

O FNDE, no ano de 2003, executou o “Palavra da Gente”, com a distribuição de coleções direcionadas à educação de jovens e adultos, para uso pessoal e propriedade do aluno, bem como para as escolas públicas que abrigavam turmas de EJA. Em 2004, o “Casa de Leitura” distribuiu bibliotecas itinerantes para uso comunitário nos municípios, contendo livros de coleções já distribuídas a alunos e escolas públicas.

Em 2006, MEC e o Ministério da Cultura criaram uma Câmara Interministerial de Educação e Cultura visando intensificar as ações neste campo. Um dos frutos dessa articulação é o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), instituído nesse

---

<sup>42</sup> Ver Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

mesmo ano. De caráter mais amplo, seu objetivo central é democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades<sup>43</sup>.

## VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A redução da população analfabeta de 15 anos ou mais, em termos absolutos, não foi compatível com o esforço empreendido pelos programas de alfabetização durante a vigência do PNE. Apesar dessa evidência e da desigualdade persistente, registramos alguns avanços. Observados apenas os grupos considerados extremos da desigualdade brasileira, as maiores quedas na taxa de analfabetismo no período 2001-2009, em termos de pontos percentuais, foram nos segmentos onde ele é mais rentente: 5,5 pontos percentuais (p.p.) no Nordeste; 4,7 p.p. na faixa etária de 40 anos ou mais; 6 p.p. na zona rural; e, 4,8 p.p. para a raça/cor negra. Houve também redução relativa da distância que separa esses grupos de análise.

O processo de alfabetização de jovens e adultos – muitos com um histórico de insucesso na escola – é muito particular. A modalidade exige a habilidade do professor para combater a evasão dos alunos e as ausências às classes, corriqueiras nesses cursos. Na sala de aula, um bom trabalho pedagógico exige diversidade de metodologias e práticas de ensino, de modo a valorizar as especificidades e saberes dos sujeitos, de várias faixas etárias e diferentes trajetórias escolares.

Além de considerar essas características no processo de alfabetização de jovens e adultos, as ações a serem desenvolvidas nos próximos anos precisarão avançar para evitar inscritos que já dominam habilidades de leitura e escrita, ampliando as oportunidades desses alunos e dos recém-alfabetizados de ingressarem na educação de jovens e adultos.

A alfabetização iniciada nos cursos de seis a oito meses demanda a continuidade dos estudos para a consolidação das competências e habilidades adquiridas. A boa notícia é que o Ministério da Educação tem clareza desse diagnóstico e vem se movimentando para mudar essa realidade. Infelizmente, esse processo parece caminhar numa velocidade incomparavelmente menor do que se espera da educação brasileira para mudar o cenário de escolarização de jovens e adultos.

---

<sup>43</sup> Ver [www.pnll.gov.br](http://www.pnll.gov.br)



A Constituição Federal assegura o acesso à educação básica àqueles que não tiveram a oportunidade de cursá-la na idade própria (C.F. art. 208, I). Assim, sob a ótica do direito à educação de milhões de brasileiros com baixa escolaridade, o total de matrículas na educação de jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental e no ensino médio é demasiado tímido.

A inclusão da EJA no Fundeb, em 2007, comemorada à época como uma grande conquista para tirar essa modalidade do campo marginal das políticas públicas educacionais parece não ter se consolidado, em termos de matrículas e garantia de aplicação de recursos. As matrículas totais estão em queda e há redução no número de escolas ofertando EJA. Aparentemente, as matrículas que são contadas para a repartição do dinheiro do Fundo, não se beneficiam dos recursos na mesma proporção. Nesse momento, é importante entender as variáveis envolvidas nesse processo de encolhimento da EJA, que não parecem se esgotar nas características de implantação do Fundeb.

Efetivar o direito à educação dos jovens e dos adultos ultrapassa a mera ampliação da oferta de vagas nos sistemas públicos. É necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular. O jovem ou o adulto que constitui o público de EJA é sujeito com identidade, saberes, cultura e valores próprios.

Simplesmente replicar o modelo do ensino regular - com qualidade inferior - para esse aluno jovem e adulto tem sido um erro crônico. O ambiente de aprendizagem, a organização curricular, os projetos pedagógicos, as relações entre professores e estudantes, a vinculação entre saberes a serem construídos e experiências vividas são temas que trazem complexidade e feições próprias à EJA. Essas questões devem ser enfrentadas para que o ensino ganhe significado e relevância, ampliando a possibilidade de permanência dos alunos no sistema de ensino. Além da questão da permanência, há necessidade de mobilizar esse público para o reingresso à escola.

Enfim, o PNE 2001-2010 deixa enormes desafios para o futuro. Após uma década, ainda tateamos os caminhos a seguir.



## Referências Bibliográficas

CARREIRA, Denise. “Educação nas Prisões Brasileiras”. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. Plataforma DhESCA Brasil. Outubro de 2009. Disponível em: [www.dhescabrasil.org.br](http://www.dhescabrasil.org.br) . Consultado em dezembro de 2010.

CASTRO, J.A. *Educ. Soc.* “Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira”, vol. 30, n. 108, p. 673-697, Campinas, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0330108.pdf> Consultado em 20.01.2011

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). “Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais”. Parecer CNE/CEB nº4/2010. Conselheiro Adeum Hilário Sauer. Homologado em 07/05/2010. Brasília, 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). “Resumo Técnico- Censo Escolar 2010”. Brasília, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16179](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16179) Consultado em 20.01.2011

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA, 2010a). *Comunicado nº66*. “PNAD 2009. “Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas”. Brasília, novembro de 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118\\_comunicadoipea66.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf) . Consultado em 20.01.2011

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA, 2010b). *Comunicado nº70*. “Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil – Período 2004-2009”. Brasília, dezembro de 2010. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) Consultado em 22.01.2011

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). “Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos”. Brasília, s.d. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12308&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12308&Itemid=817) Consultado em 26.01.2011



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC, 2008). “*National Report from Brazil*”. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/confinteavi> Relatórios Nacionais enviados à UNESCO como preparação para a VI Confitea. Consultado em 26.01.2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) e ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CULTURA E A CIÊNCIA (Unesco). “*Documento Nacional Preparatório à VI Confitea*”. Brasília, 2008. Disponível em: [www.mec.gov.br/secad](http://www.mec.gov.br/secad) Consultado em 26.01.2011

GATTI, BERNARDETE A. (Coord.) “Professores do Brasil: impasses e desafios”. Unesco. Brasília, 2009.

GOMES, ANA VALESKA A. “Plano Nacional de Educação – um olhar sobre o cumprimento das metas da Educação de Jovens e Adultos”. Brasília, 2006. Disponível em:

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CULTURA E A CIÊNCIA (Unesco). “Marco de Ação de Belém”. VI Conferência Internacional de Educação de Adultos. Brasília, abril de 2010. Disponível em:

ANEXO

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por Etapa de Ensino – 2001 a 2010

Ano	Total Geral	Ensino Fundamental			Ensino Médio
		Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série	
2001	3.624.264	2.636.888	1.151.429	1.485.459	987.376
2002	3.662.114	2.788.113	1.353.463	1.434.650	874.001
2003	4.296.630	3.315.887	1.551.018	1.764.869	980.743
2004	4.577.268	3.419.675	1.553.483	1.866.192	1.157.593
2005	4.619.409	3.395.550	1.488.574	1.906.976	1.223.859
2006	4.861.390	3.516.225	<b>1.487.072</b>	2.029.153	1.345.165
2007	4.975.591	3.367.032	1.160.879	2.206.153	1.608.559
2008	<b>4.926.509</b>	3.291.264	1.127.077	<b>2.164.187</b>	1.635.245
2009	4.638.171	3.090.896	1.035.610	2.055.286	<b>1.547.275</b>
2010	4.234.956	2.846.104	923.197	1.922.907	1.388.852

Fontes: Censos Escolares e Resumo Técnico Censo Escolar 2010, MEC/INEP.

Obs.: Anos 2001 a 2006 incluem matrículas de cursos presenciais com avaliação de processo. Anos 2007 a 2010 incluem matrículas de cursos presenciais e semipresenciais. Todos excluem matrículas EJA integradas à Ed. Profissional.

Número de escolas, matrículas e percentual de alunos atendidos na EJA, segundo disponibilidade de biblioteca, internet banda larga, laboratórios de informática e ciência-2009

Equipamento	EJA-Fundamental			EJA-Médio		
	Escolas	Matrículas	% Alunos Atendidos	Escolas	Matrículas	% Alunos Atendidos
Total	37.334	3.094.524		8.678	1.566.808	
Biblioteca	13.703	1.666.007	53,8	5.397	990.690	63,2
Internet Banda Larga	12.084	1.598.171	51,6	6.253	1.193.343	76,2
Laboratório Informática	14.114	1.786.164	57,7	6.977	1.250.408	79,8
Laboratório Ciências	3.026	441.385	14,3	2.996	555.118	35,4

Fonte: Resultados do Censo da Educação Básica 2009, MEC/INEP/Diretoria de Estatísticas Educacionais.